

Começam a ser estudadas medidas para evitar maior desaquecimento

por Cláudia Safatle
de Brasília

Começa a acender o sinal vermelho da recessão nos gabinetes do Ministério da Fazenda. Os dados que estão sendo recolhidos nos primeiros quinze dias de março mostram aprofundamento da desaceleração econômica, que deu seus primeiros sinais em janeiro e piorou muito em fevereiro. A primeira providência para oxigenar a economia será mediante um alívio do imposto retido na fonte neste ano, cuja correção será de 40%. Mas outras medidas poderão vir, assinalou a este jornal uma fonte categorizada do Ministério da Fazenda, que acentuou: três meses seguidos de "uma parada" na economia podem induzir a um forte processo recessivo, mas assegurou que o governo vai abortar esse processo.

Segundo os indicadores de que dispõem os economistas do governo, os dados de desaquecimento no comércio varejista demonstraram dois meses para se espalharem pelo setor industrial, além do que os últimos dados do comércio varejista estariam um pouco inflados pela reposição de estoques nos dois primeiros meses do ano. Em janeiro, a queda das vendas no comércio foi de 38,35%. Em fevereiro essa queda foi bem maior e puxada, principalmente pelo setor de bens semiduráveis. Na região metropolitana de São Paulo registrou-se queda de 70% nas vendas de calçados em fevereiro, com relação a janeiro, e mais de 60% nas vendas de roupas.

As vendas de materiais de construção, que caíram 11,63% em janeiro, pioraram em fevereiro, e a indústria da construção civil já se está ressentindo dessa desaceleração.

Outros indícios, colhidos pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC) do Ministério da Indústria e do Comércio, cujos dados estão sendo processados ainda, são de que o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) teve o número de consultas reduzidos em 27,5% em fevereiro último, comparando com o mesmo mês do ano passado. "Nota-se uma verdadeira fuga do crédito direto", observou o secretário executivo do CDC, Ruy Coutinho, a este jornal. Registra-se, também, aumento nos casos de inadimplência, sendo que o crescimento dos títulos protestados foi de 22,5% em fevereiro sobre o mesmo mês do ano anterior, e 10,8% em comparação com janeiro último.

A queda de poder aquisitivo, pela aceleração inflacionária, as altas taxas de juros, atraindo investimentos no mercado financeiro, e a expectativa de pagamento ao invés de devolução de Imposto de Renda afastaram os consumidores das lojas. Em dois meses, 33% de inflação já ab-

sorveram a distribuição da renda e os aumentos reais de salários após o Cruzado I e, embora sem dados precisos nas mãos, os economistas do Ministério da Fazenda falam em queda real de salários na casa de 10% mesmo com o "gatilho salarial".

A outra face do desaquecimento, ressaltada pelos economistas da Fazenda, mostrou-se que foi exatamente a desaceleração econômica de fevereiro que impediu uma inflação no patamar de 20%, mantendo o índice de preços restrito do IBGE em 13,94%.

Ao contrário da Seplan, que preconizava um novo congelamento de preços (o "Plano Sayad" mencionava um congelamento dos preços cipados por três meses), os técnicos do Ministério da Fazenda entendem que é preciso esperar mais para que os preços na economia reencontrem uma certa convergência e a inflação se estabilize, mesmo que num patamar alto, de 12 a 13% nos próximos dois meses. Após uma estabilização de preços é que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, viria a se decidir sobre a possibilidade de um novo choque ou não.

A indefinição e o temor de novo congelamento de preços têm generalizado uma prática nos diversos setores da economia: trabalhar com preços altos e conceder descontos de até 50% ou mais. Caso o governo venha a congelar os preços, a tabela estaria com preços superiores aos realmente praticados. Essa situação 'sui generis' traz à tona uma idéia para baixar os preços: reduzir agora as taxas de juros seria uma maneira de baixar a inflação, no curto prazo, como raciocinou um dos economistas do PMDB que está no governo. Essa alternativa, porém, seria mais coerente com uma política de "gradualismo" e não de "choque" de preços.

Enquanto aguarda um momento mais próprio para aplicação de uma política de curto prazo para estabilizar a inflação em patamares inferiores ao que ela ameaça se assentar, os técnicos do Ministério da Fazenda trabalham em pelo menos três outros programas: um plano de metas de investimentos para um crescimento de 7% ao ano, que seria levado aos credores internacionais, um plano de renegociação da dívida externa junto aos bancos privados e um plano de metas econômicas para os próximos quatro anos.

O plano de investimentos que está sendo compilado pela Fazenda é uma conjunção do programa de investimentos que a Seplan começou a preparar para orientar as negociações com o Banco Mundial com as áreas de destinação de recursos já definidas pelo conselho de orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).